

**Boletim Número 51****Data: Abril-Maio-Junho/2011****EDITORIAL**

O quinquagésimo primeiro número do Boletim PROEALC chega a público após o triste episódio que ficou conhecido como “Massacre de Realengo”, em que 12 adolescentes foram assassinados em uma escola pública municipal no Rio de Janeiro, por um atirador que foi posteriormente interceptado pela polícia e em seguida cometeu suicídio. Para além da tragédia e da indignação geral sobre o caso amplamente divulgado na imprensa, iniciamos este informativo apresentando ao leitor, em destaque, uma importante reflexão de Michelle Amaral sobre o comportamento da mídia no caso, em especial a autora trata da exposição desmedida das vítimas.

No sentido de apresentarmos um painel comentado sobre os mais importantes acontecimentos do período na América Latina este boletim trás também importantes artigos de opinião sobre: os protestos dos estudantes chilenos em prol de uma educação pública no país; uma análise sobre o que fazer após a aprovação do Novo Código Florestal no Brasil, tão criticado por ambientalistas e pelos movimentos sociais; uma lúcida análise sobre a postura dos Estados Unidos no caso do “justiçamento” de Osama Bin Laden e um informe sobre a reintegração de Honduras à OEA.

A equipe do PROEALC colaborou também neste número, através da confecção de 2 (dois) artigos inéditos sobre os temas pesquisados, a saber: um que tece considerações críticas sobre a intervenção no Núcleo de Terra e Habitação (NUTH) da defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro e outro sobre a questão da discriminação racial na educação.

Desejamos boa leitura para todos e todas.

**Profa. Dra. Silene de Moraes Freire**  
**Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ**

**Andreia Carvalho**  
**Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Servidora Técnico-Administrativa – PROEALC/CCS/UERJ**

***Em Foco I***

---

**Jornais superexploram crianças vítimas do massacre de Realengo**

***Utilização excessiva de entrevistas com vítimas da tragédia fere a proteção da imagem e integridade das crianças***

**Michelle Amaral,**  
**da redação, 12/05/2011**

Há pouco mais de um mês, Wellington Menezes de Oliveira, de 24 anos, invadiu a escola Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, e atirou contra crianças e adolescentes. No período que sucedeu o massacre de Realengo, bairro fluminense onde está localizada a escola, a mídia manteve o assunto em pauta e, de todas as formas possíveis, o explorou.

Por dias, o noticiário brasileiro se ocupou de expor análises de diferentes tipos de especialistas sobre a personalidade do atirador, relatos daqueles que o conheciam, divulgação da carta deixada por ele e de documentos e vídeos recuperados de seu computador, como também imagens das câmeras de segurança da escola. Todos queriam falar sobre a tragédia. No entanto, as principais fontes inquiridas pela imprensa foram as crianças vítimas do massacre.

Além de doze alunos mortos, 30 ficaram feridos, destes 12 tiveram que ser internados. No início da cobertura jornalística, repórteres entrevistaram crianças que presenciaram o massacre. Com a alta médica dos feridos, estes passaram a ser procurados para contarem como foi a tragédia.

O caso mais recente de relato de uma vítima do ataque à Escola Tasso da Silveira ocorreu no domingo, 1º de maio. Uma reportagem do Fantástico, da Rede Globo, contou a história de um adolescente de 14 anos que levou três tiros no episódio. O menino relatou o acontecimento em entrevista. A repórter o questionou sobre os mínimos detalhes do momento de terror por que passou. Além disso, a reportagem mostrou imagens da câmera de segurança da escola em que o aluno aparece se arrastando no chão após ter sido baleado.

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (Cedeca-RJ), em nota, afirmou que nos primeiros dias que seguiram a tragédia, a cobertura da mídia seguiu o padrão e o dever de informar e mobilizar todos os meios e recursos do poder público, da sociedade em geral e da comunidade local. Entretanto, com o passar dos dias, a Cedeca-RJ constatou a superexposição das crianças vítimas através de entrevistas com os sobreviventes em suas casas. A entidade manifestou repúdio a tal prática e afirmou na nota que “diversos programas de TV e rádio, transmitidos praticamente para todo o país e de grande audiência, repercutindo no exterior, exploram a imagem de tais crianças e adolescentes pela exposição pública do sofrimento físico e psíquico a que foram submetidos”.

Esta avaliação não foi feita somente pelo Cedeca-RJ. Diversos analistas da imprensa, após alguns dias da tragédia, passaram a divulgar suas avaliações contrárias a forma como a mídia ultrapassou os limites da cobertura responsável ao expor o sofrimento e trauma destas crianças.

Guilherme Canela, coordenador de Comunicação e Informação da Unesco, afirma que não é ilícito utilizar depoimentos de crianças em reportagens, desde que haja o cuidado com a preservação da imagem e integridade do menor. “O Estatuto da Criança e do Adolescente tem dispositivos específicos, inclusive sobre jornalismo, em relação a como a imagem da criança deve ser protegida. E, sobretudo, crianças que estão em situação de violência”, relata.

De acordo com o coordenador da Unesco, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, em princípio, estimula que a criança tenha direito à liberdade de expressão, mas também tece recomendações sobre os objetivos de sua participação nos meios de comunicação. “O artigo 17 da Convenção ressalta que a relação da criança com os órgãos de comunicação social é uma relação peculiar que deve ter sempre como foco a promoção do bem-estar social, espiritual, moral e da saúde física e mental da criança”, descreve.

### **Consequências**

Pedro Pereira, coordenador executivo do Cedeca-RJ, explica que no caso de Realengo esta recomendação não foi seguida. Segundo ele, as crianças foram superexpostas e isso traz consequências para a recuperação do trauma sofrido. “A cada vez que a criança conta aquela história, ela revive a situação, portanto, sofre com aquilo e isso traz consequências muito drásticas para sua vida e para sua saúde mental”, afirma.

De acordo com Canela, “é preciso ter em conta, do ponto de vista da responsabilidade daqueles que estão fazendo uso de entrevistas com crianças, se está claro para as crianças e para os pais as potenciais consequências positivas e negativas dessa exposição”.

Nesse sentido, Pedro Pereira avalia que não houve este cuidado na cobertura que se fez do massacre de Realengo. “Eu acho que as próprias famílias teriam ali um papel fundamental de preservar as crianças. Se as famílias não o fizeram, os órgãos de proteção deveriam de alguma maneira se posicionar”, alega.

Justamente por entender que houve falhas na abordagem da imprensa e falta de conscientização das famílias em permitirem que a exposição das crianças fosse feita, o Cedeca-RJ se manifestou publicamente contrário à cobertura da mídia em geral. “Informar a população sobre o que aconteceu é um direito da imprensa, mas a exploração disso é o que a gente questionou”, diz Pereira.

### **Papel do jornalismo**

Guilherme Canela explica que não houve ainda um estudo por parte da Unesco sobre a cobertura da mídia no caso do massacre de Realengo. No entanto, o coordenador ressalta que é necessário que haja uma discussão mais abrangente sobre o papel do jornalismo ao cobrir situações de violência, de modo a criar a responsabilidade em se ter uma espetacularização menor e se focar mais nas questões das políticas públicas que podem ser suscitadas a partir de casos específicos de elevada violência.

“Será que para a construção e fortalecimento da cidadania e um certo papel de prevenção de futuras tragédias, a cobertura mais interessante é uma cobertura que tenta se aprofundar nas falhas das políticas públicas que acabam permitindo este tipo de acontecimento ou é se concentrar nos elementos sensacionais, traumáticos e altamente violentos?”, indaga Canela.

**Fonte:** <http://www.brasildefato.com.br/node/6284>

## *Em Foco II*

---

### **Chile: estudantes protestam contra privatização da educação**

*Cerca de 30 mil estudantes universitários participaram, quarta-feira, de uma paralisação nacional e de marchas de protesto na capital Santiago e em diversas outras cidades chilenas. Os sindicatos dos servidores públicos, dos professores e reitores das universidades somaram-se aos protestos contra o modelo privatizador do governo Piñera. Em Santiago, os carabineros reprimiram manifestação em frente ao palácio presidencial. Segundo a Unesco, o Chile é a única nação do mundo com uma educação superior quase inteiramente privatizada.*

#### **Enrique Gutiérrez - La Jornada**

Federações universitárias chilenas realizaram quarta-feira uma paralisação nacional. Milhares de estudantes se manifestaram pelas ruas de Santiago e de outras cidades do país, apoiados por autoridades acadêmicas e professores, contra o modelo privatizador na educação, por uma mudança estrutural no setor e maior acesso ao ensino superior.

Estima-se que ao menos 30 mil universitários participaram das marchas de protesto pelo centro da capital e em cidades como Talca, Valparaíso, Concepción, Temuco, La Serena, Coquimbo, Valdivia e Puerto Montt, em mobilizações onde só se registraram alguns incidentes isolados. As autoridades policiais informaram que algumas pessoas foram detidas, sem precisar o número.

Em Santiago, a marcha foi realizada pacificamente e, somente no final, houve distúrbios em frente ao Ministério da Educação, a uma quadra do palácio presidencial de La Moneda, quando um grupo de jovens encapuzados tentou bloquear o tráfego de veículos em ruas próximas ao local. A polícia militarizada dos Carabineiros interveio com jatos de água e bombas de gás lacrimogêneo.

O Colégio de Professores e a Associação Nacional de Funcionários Fiscais se somaram à manifestação de protesto, encabeçada pelos dirigentes da Confederação de Estudantes do Chile e pelos reitores da Universidade de Santiago, Manuel Zolezzi, e da Universidade Tecnológica Metropolitana, Luis Pinto. O reitor

Zolezzi declarou que as reivindicações que os estudantes levantam agora são coerentes com o que ele vem defendendo há cinco, seis anos. Por isso, disse, “me parece legítimo acompanhá-los já que tomaram as mesmas bandeiras que sustentei por muito tempo, por uma educação pública de qualidade, justa e equitativa”.

Os dirigentes da Universidade do Chile, Camila Vallejos, e da Universidade Católica, Giorgio Jackson, expressaram sua satisfação com a convocatória que atraiu a milhares de manifestantes para exigir o regresso à educação superior ampliando o acesso a jovens de baixa renda e que se estabeleçam limitações às universidades privadas para impedir que sejam apenas um negócio.

Vallejo assinalou que “nossas demandas seguem sendo transversais, como foi o 12 de maio – dia de outra grande mobilização nacional -, a população nos apoia, acreditando que é necessário avançar no que estamos pleiteando porque a educação é um direito e tem que ser garantida como tal, razão pela qual não vamos negociar com essa questão”.

Jackson, dirigente da Federação de Estudantes da Universidade Católica, comemorou a recepção ao chamado pela reforma completa do sistema. “Viemos dizer ao ministro que nós, que viemos para essa luta, não somos os privilegiados de sempre, mas sim que estamos fazendo um movimento amplo”.

Nos últimos anos, os estudantes chilenos têm denunciado a falta de financiamento para as universidades públicas, assim como a escassa regulação nas universidades privadas. Nestas últimas, sustentam, os currículos são deficientes, existe uma alta evasão escolar e a prioridade é somente a rentabilidade econômica.

Os dirigentes universitários têm insistido com as autoridades que o problema tem origem no período da ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990), quando o regime militar impôs uma drástica redução dos recursos às universidades e promoveu uma ampla privatização do setor.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (Unesco), o Chile é a única nação do mundo com uma educação superior considerada quase inteiramente privatizada, pois é toda paga e os estudantes dos setores mais pobres da população só podem ter acesso a ela por causa dos altos impostos.

As universidades tradicionais que tem a melhor docência e pesquisa no Chile estão há muitos anos esperando um tratamento justo e equitativo das autoridades. Não queremos seguir esperando enquanto se frustram os sonhos e ideais de gerações inteiras de chilenos, declarou o reitor da Universidade do Chile (estatal), Víctor Pérez Vela. “É por isso que estamos exigindo que haja seriedade, transparência e que termine o lobby obscuro que utiliza recursos de todos os chilenos, sem fiscalização alguma, para melhorar o negócio de algumas novas universidades privadas”.

Por outro lado, permanece hospitalizado em coma induzido Luciano Pitronello Schufenneger, de 22 anos, um jovem supostamente vinculado a um grupo anarquista que perdeu as mãos na explosão de uma bomba que tentava colocar em uma agência bancária, em Vicuña Mackenna, em Santiago.

Enquanto isso, o legista uruguaio Hugo Rodríguez reconheceu que a análise que realizou das causas da morte de Salvador Allende foi especulativa, porque ele não viu as lesões que o ex-presidente chileno sofreu e só teve acesso ao informe da primeira autópsia. “A única coisa que sustento é que, se o informe da autópsia corresponde à realidade, há duas lesões de armas bem diferentes. Mas isso eu não sei porque não vi as lesões e nem sequer há fotografias”, assinalou.

Rodríguez disse ainda ao diário *Las Últimas Noticias* que não apontou quantos tiros Allende recebeu e em que circunstâncias. “Disse que, a ser correta a informação exposta, encontramos dois padrões de armas e lesões diferentes”. Essa análise, apresentada em um programa de televisão, provocou mal estar na família de Allende.

**Tradução: Katarina Peixoto**

## *Em Foco III*

---

### **Aprovada a destruição. Que fazer?**

**Elaine Tavares\*, 2011-05-25**

Vivemos um eterno retorno quando se trata da proteção aos latifundiários e grandes empresas internacionais. No Brasil contemporâneo, pós-ditadura, nunca houve um governo sequer que buscasse, de verdade, uma outra práxis no campo. Todos os dias, nas correntes ideológicas do poder, disseminadas pela mídia comercial – capaz de atingir quase todo o país via televisão – podemos ver, fragmentadas, as notícias sobre a feroz e desigual queda de braço entre os destruidores capitalistas e as gentes que querem garantir vida boa e plena aos que hoje estão oprimidos e explorados.

Nestes dias de debate sobre o novo Código Florestal, então, foi um festival. As bocas alugadas falavam da votação e dos que são contra o código como se fossem pessoas completamente desequilibradas, que buscam impedir o progresso e o desenvolvimento do país. Não contentes com todo o apoio que recebem da usina ideológica midiática, os latifundiários e os capatazes das grandes transnacionais que já dominam boa parte das terras brasileiras, ainda se dão ao luxo de usar velhos expedientes, como o frio assassinato, para fazer valer aquilo que consideram como seu direito: destruir tudo para auferir lucros privados.

Assim, nos exatos dias de votação do novo código, jagunços fuzilam Zé Claudio, conhecido defensor da floresta amazônica. Matam ele e a mulher, porque os dois incomodavam demais com esse papo verde de preservar as árvores. Discursos tolo, dizem, de quem emperra a distribuição da riqueza, deles próprios, é claro. E o assassinato acontece, sem pejo, no mesmo dia em que os deputados discutem como fazer valer – para eles – os seus 30 dinheiros sujos de sangue.

Imagens diferentes, mas igualmente desoladoras. De um lado, a floresta devastada e as vidas ceifadas à bala, do outro a tal da “casa do povo”, repleta de gente que representa, no mais das vezes, os interesses escusos de quem lhes enche o bolso. Pátria? País? Desenvolvimento? Progresso? Bobagem! A máxima que impera é do conhecido personagem de Chico Anísio, o deputado Justo Veríssimo: eu quero é me arrumar!

No projeto construído pelo agronegócio só o que se contempla é o lucro dos donos das terras, dos grileiros, dos latifundiários. Menos mata preservada, legalização da destruição, perdão de todas as dívidas e multas dos grandes fazendeiros. Assim é bom falar de progresso. Progresso de quem, cara pálida? Ao mesmo tempo, os “empresários” do campo, incapazes de mostrar a cara, lotam as galerias com a massa de manobra. Pequenos produtores que acreditam estar defendendo o seu progresso. De que lhes valerá alguns metros a mais de terra na beira de um rio se na primeira grande chuva, o rio, sem a proteção da mata ciliar, transborda e destrói tudo? Que lógica tacanha é essa que impede de ver que o homem não está descolado da natureza, que o homem é natureza.

Que tamanha descarga de ideologia os graúdos conseguem produzir que leva os pequenos produtores a pensar que é possível dominar a natureza, como se ao fazer isso não estivessem colocando grilhões em si mesmo? Desde há muito tempo – e gente como Chico Mendes, irmã Doroty e Zé Claudio já sabia - que o ser humano só consegue seguir em frente nesta terra se fizer pactos com as outras forças da natureza. E que nestes pactos há que se respeitar o que estas forças precisam sob pena de ele mesmo (o humano) sucumbir.

O novo código florestal foi negociado dentro das formas mais rasteiras da política. Por ali, na grande casa de Brasília, muito pouca gente estava interessada em meio ambiente, floresta, árvore, rio, pátria, desenvolvimento. O negócio era conseguir cargo, verba, poder. Que se danem no inferno pessoas como Zé Cláudio, que ficam por aí a atrapalhar as negociatas. Para os que ali estavam no plenário da Câmara gente como o Zé e sua esposa Maria não existem. São absolutamente invisíveis e desnecessárias. Haverão de descobrir seus assassinos, talvez prendê-los por algum tempo, mas, nas internas comemorarão: menos um, menos um.

Assim, por 410 x 63, venceram os destruidores. Poderão desmatar a vontade num tempo em que o planeta inteiro clama por cuidado. Furacões, tsunamis, alagamentos, mortes. Quem se importa? Eles estarão protegidos nas mansões. Não moram em beiras de rio. Dos 16 deputados federais de Santa Catarina apenas Pedro Uczai votou não. Até a deputada Luci Choinacki, de origem camponesa, votou sim, contrariando tudo o que sempre defendeu.

Então, na mesma hora em que a floresta chorava por dois de seus filhos abatidos a tiros, os deputados celebravam aos gritos uma “vitória” sobre o governo e sobre os ecologistas. Daqui a alguns dias se verá o tipo de vitória que foi. Mas, estes, não se importarão. Não até que lhes toque uma desgraça qualquer. O cacique Seattle, da etnia Suquamish, já compreendera, em 1855, o quanto o capitalismo nascente era incapaz de viver sem matar: “Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outro. Porque ele é um estranho, que vem de noite e rouba da terra tudo quanto necessita. A terra não é sua irmã, nem sua amiga, e depois de exaurí-la, ele vai embora. Deixa para trás o túmulo de seu pai sem remorsos. Rouba a terra de seus filhos, nada respeita. Esquece os antepassados e os direitos dos filhos. Sua ganância empobrece a terra e deixa atrás de si os desertos. Suas cidades são um tormento para os olhos do homem vermelho, mas talvez seja assim por ser o homem vermelho um selvagem que nada compreende”.

Zé Claudio e Maria eram assim, vistos como “selvagens que nada compreendem”. Mas, bem cedo se verá que não. Eles eram os profetas. Os que conseguiam ver para além da ganância. Os que conseguiam estabelecer uma relação amorosa com a terra e com as forças da natureza. Eles caíram à bala. E os deputados vendepátria, quando cairão?

Já os que gritam e clamam por justiça, não precisam esmorecer. Perdeu-se uma batalha. A luta vai continuar. Pois, se sabe: quem luta também faz a lei. Mas a luta não pode ser apenas o grito impotente. Tem de haver ação, organização, informação, rebelião. Não só na proteção do verde, mas na destruição definitiva deste sistema capitalista dependente, que superexplora o trabalho e a terra. É chegada a hora de uma nova forma de organizar a vida. Mas ela só virá se as gentes voltarem a trabalhar em cada vereda deste país, denunciando o que nos mata e anunciando a boa nova.

\* Elaine Tavares - jornalista  
Existe vida no Jornalismo  
Blog da Elaine: [www.eteia.blogspot.com](http://www.eteia.blogspot.com)  
América Latina Livre - [www.iela.ufsc.br](http://www.iela.ufsc.br)  
Desacato - [www.desacato.info](http://www.desacato.info)  
Pobres & Nojentas - [www.pobresenojentas.blogspot.com](http://www.pobresenojentas.blogspot.com)  
Agencia Contestado de Noticias Populares - [www.agecon.org.br](http://www.agecon.org.br)

Fonte: <http://alainet.org/active/46799>

## *Em Foco IV*

---

### *Fez-se vingança, não justiça*

**\* Leonardo Boff**  
**2011-05-06**

Alguém precisa ser inimigo de si mesmo e contrário aos valores humanitários mínimos se aprovasse o nefasto crime do terrorismo da Al Qaeda do 11 de novembro de 2001 em Nova Iorque. Mas é por todos os títulos inaceitável que um Estado, militarmente o mais poderoso do mundo, para responder ao terrorismo se tenha transformado ele mesmo num Estado terrorista. Foi o que fez Bush, limitando a democracia e suspendendo a vigência incondicional de alguns direitos, que eram apanágio do país. Fez mais, conduziu duas guerras, contra o Afeganistão e contra o Irã, onde devastou uma das culturas mais antigas da humanidade nas qual foram mortos mais de cem mil pessoas e mais de um milhão de deslocados.

Cabe renovar a pergunta que quase a ninguém interessa colocar: por que se produziram tais atos terroristas? O bispo Robert Bowman de Melbourne Beach da Flórida que fora anteriormente piloto de caças militares durante a guerra do Vietnã respondeu, claramente, no National Catholic Reporter, numa carta aberta ao

Presidente: "Somos alvo de terroristas porque, em boa parte no mundo, nosso Governo defende a ditadura, a escravidão e a exploração humana. Somos alvos de terroristas porque nos odeiam. E nos odeiam porque nosso Governo faz coisas odiosas".

Não disse outra coisa Richard Clarke, responsável contra o terrorismo da Casa Branca numa entrevista a Jorge Pontual emitida pela Globonews de 28/02/2010 e repetida no dia 03/05/2011. Havia advertido à CIA e ao Presidente Bush que um ataque da Al Qaeda era iminente em Nova York. Não lhe deram ouvidos. Logo em seguida ocorreu, o que o encheu de raiva. Essa raiva aumentou contra o Governo quando viu que com mentiras e falsidades Bush, por pura vontade imperial de manter a hegemonia mundial, decretou uma guerra contra o Iraque que não tinha conexão nenhuma com o 11 de setembro. A raiva chegou a um ponto que por saúde e decência se demitiu do cargo.

Mais contundente foi Chalmers Johnson, um dos principais analistas da CIA também numa entrevista ao mesmo jornalista no dia 2 de maio do corrente ano na Globonews. Conheceu por dentro os malefícios que as mais de 800 bases militares norte-americanas produzem, espalhadas pelo mundo todo, pois evocam raiva e revolta nas populações, caldo para o terrorismo. Cita o livro de Eduardo Galeano "As veias abertas da A.Latina" para ilustrar as barbaridades que os órgãos de Inteligência norte-americanos por aqui fizeram. Denuncia o caráter imperial dos Governos, fundado no uso da inteligência que recomenda golpes de Estado, organiza assassinato de líderes e ensina a torturar. Em protesto, se demitiu e foi ser professor de história na Universidade da Califórnia. Escreveu três tomos "Blowback"(retaliação) onde previa, por poucos meses de antecedência, as retaliações contra a prepotência norte-americana no mundo. Foi tido como o profeta de 11 de setembro. Este é o pano de fundo para entendermos a atual situação que culminou com a execução criminosa de Osama Bin Laden.

Os órgãos de inteligência norte-americanos são uns fracassados. Por dez anos vasculharam o mundo para caçar Bin Laden. Nada conseguiram. Só usando um método imoral, a tortura de um mensageiro de Bin Laden, conseguiram chegar ao seu esconderijo. Portanto, não tiveram mérito próprio nenhum.

Tudo nessa caçada está sob o signo da imoralidade, da vergonha e do crime. Primeiramente, o Presidente Barak Obama, como se fosse um "deus" determinou a execução/matança de Bin Laden. Isso vai contra o princípio ético universal de "não matar" e dos acordos internacionais que prescrevem a prisão, o julgamento e a punição do acusado. Assim se fez com Hussein do Iraque, com os criminosos nazistas em Nürenberg, com Eichmann em Israel e com outros acusados. Com Bin Laden se preferiu a execução intencionada, crime pelo qual Barak Obama deverá um dia responder. Depois se invadiu território do Paquistão, sem qualquer aviso prévio da operação. Em seguida, se sequestrou o cadáver e o lançaram ao mar, crime contra a piedade familiar, direito que cada família tem de enterrar seus mortos, criminosos ou não, pois por piores que sejam, nunca deixam de ser humanos.

Não se fez justiça. Praticou-se a vingança, sempre condenável. "Minha é a vingança" diz o Deus das escrituras das três religiões abraâmicas. Agora estaremos sob o poder de um Imperador sobre quem pesa a acusação de assassinato. E a necrofilia das multidões nos diminui e nos envergonha a todos.

\* Leonardo Boff é Teólogo/Filósofo e autor de **Fundamentalismo, terrorismo , religião e paz**, Vozes 2009.

Fonte: <http://alainet.org/active/46345>

## *Em Foco V*

---

### **OEA decide reintegrar país depois de quase dois anos de suspensão**

*Honduras foi suspensa em 4 de julho de 2009, depois que o então presidente Manuel Zelaya foi deposto por um golpe de Estado*

**Renata Giraldi**  
**Agência Brasil, 02/06/2011**

Por 32 votos a 1, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou nesta quarta-feira (1º), em sessão extraordinária, a reintegração de Honduras ao órgão. O único voto contrário foi do representante do governo do presidente do Equador, Rafael Correa. Honduras foi suspensa da OEA em 4 de julho de 2009, depois que o então presidente hondurenho, Manuel Zelaya, foi deposto. Para a OEA e a maior parte da comunidade internacional, inclusive o Brasil, houve, em Honduras, um golpe de Estado, que levou à transgressão dos princípios democráticos. Na tentativa de o país ser reintegrado à comunidade internacional e acabar com o período de congelamento de relações multilaterais, o atual presidente do país, Porfirio Pepe Lobo, já havia garantido que obedecerá à Constituição de Honduras.

Porém, líderes partidários contrários ao retorno de Zelaya a Honduras criticam as atitudes de reconciliação e aproximação de Pepe Lobo com o ex-presidente. Para alguns políticos, Zelaya pensa em retornar à política hondurenha.

Antes da reunião, a Venezuela defendeu que se incluísse na proposta de reintegração de Honduras a determinação de que os autores do golpe de Estado sejam responsabilizados. Zelaya foi deposto em 28 de junho de 2009 por uma ação organizada por integrantes das Forças Armadas, do Parlamento e do Judiciário. Na ocasião, ele foi pressionado a ficar na Costa Rica. Em setembro do mesmo ano, o ex-presidente e correligionários pediram abrigo na Embaixada do Brasil em Honduras, onde permaneceram por cerca de 120 dias.

Em janeiro de 2010, quando Pepe Lobo assumiu o poder, Zelaya deixou Honduras em direção à República Dominicana. Paralelamente, a comunidade internacional liderou um movimento para o ex-presidente ser anistiado e retornar ao país sem correr riscos. A iniciativa se concretizou e Zelaya voltou a Tegucigalpa, capital hondurenha, no último dia 28.

De acordo com diplomatas brasileiros, o governo prepara para os próximos dias a indicação do futuro embaixador do Brasil em Honduras. A iniciativa confirmará o reconhecimento do governo hondurenho, tendo à frente Pepe Lobo, e encerrará um período de dois anos de mal-estar entre os dois países, normalizando as relações bilaterais.

Desde 2009, o Brasil mantém um encarregado de negócios em Honduras, o diplomata de carreira, ministro Zenik Krawtshuk.

Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/6495>

## *Espaço Aberto I*

---

### **O Desmantelamento do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o Silêncio Midiático**

**Marco Antônio Vieira e Sá\***  
**Mônica Brun Beveder\*\***

*“... embora a maior ou menor intensidade da dor, não há diferença moral entre torturar o corpo do homem e da mulher ou expulsá-los de sua moradia e do convívio social, muitas vezes consolidado em solidário passar*



do tempo.” Miguel Baldez, professor da Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes e procurador do estado aposentado.

Como diz Noam Chomsky (1997), um dos indícios de que um acontecimento é importante é o fato dele não ser noticiado. A última das “10 Regras para a Manipulação” apresentadas por Umberto Eco em *Viagem na Irrealidade Cotidiana* é “Mostrem-se coisas importantes apenas se acontecerem em outro país” (ECO *apud* CHAUÍ, 2006, p. 49).

O desmantelamento do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, processo que culminou com o fechamento da sala onde eram feitos os atendimentos à população - no último dia de trabalho dos defensores afastados - e com o desligamento de todos os estagiários, não foi noticiado por nenhum dos jornais de grande circulação do país, sendo sua cobertura limitada à mídia alternativa, principalmente a virtual.

Entendemos que o processo de desestruturação do NUTH teve início com a tomada de posse do Defensor-Geral, Nilson Bruno Filho, no dia 04 de janeiro deste ano, eleito sob o slogan “Defensoria para os Defensores”.

Em abril deste ano, o auto-proclamado *defensor dos defensores* afastou a coordenadora do NUTH e da Coordenadoria de Regularização Fundiária e Segurança da Posse, Roberta Fraenkel, alegando haver divergência de opiniões quanto à atuação do núcleo. Em seu lugar, Francisco Horta tomou posse, conforme publicação no Diário Oficial do dia 19 de abril, dia em que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), por iniciativa do deputado Marcelo Freixo (PSOL), homenageou o NUTH com a medalha Tiradentes. No evento, Freixo, ao manifestar seu apoio ao núcleo, declarou que o NUTH “não pertence a uma gestão da defensoria, é uma conquista da democracia nesse país”, em clara oposição às declarações do defensor público geral.

Após o afastamento de Fraenkel, quatro defensores do núcleo entregaram o cargo, entendendo que o afastamento da ex-coordenadora evidenciou o forte controle ao qual a instituição estava sendo submetida, além da falta de apoio por parte da gestão do Defensor-Geral. A diminuição gradual do quadro de estagiários - de 25 para 15, segundo a defensora Adriana Brito - terminou com o afastamento de todos os estagiários, no dia 1º de maio, através de um telegrama que alegava de forma genérica que os estagiários - todos eles - não atendiam às necessidades designadas.

Não podemos pensar no desmonte do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro como um acontecimento isolado, produto de uma nova gestão da Defensoria que deliberadamente toma medidas que enfraquecem órgãos direcionados à defesa dos direitos da população pobre. Não se trata disso, mas da adesão da administração central da Defensoria ao projeto de cidade que os governos municipal e estadual vêm tentando implementar.

O *defensor dos defensores*, que explicitou em sua posse vontade de “priorizar o diálogo e a transparência” dentro da defensoria, está afinado com as políticas urbanas direcionadas a reforçar a lógica da cidade como lugar do capital, como o Choque de Ordem e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s). Não é sem razão que a defensoria esteve presente - junto ao BOPE - na ocupação do Morro da Mangueira em 19 de junho, permitindo inclusive que policiais puxassem a ficha de antecedentes criminais de pessoas que estavam na fila para serem atendidas. Neste sentido, é sintomático que o sucateamento do NUTH tenha ocorrido em um período de aumento da demanda por seu atendimento, em virtude das remoções realizadas para a realização de obras para os megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O NUTH era, desde antes dos Jogos Pan-Americanos, referência para a garantia de direitos entre as comunidades ameaçadas de remoção.

Isto indica que o silêncio da imprensa tem um significado que deve ser explorado. Se partirmos do pressuposto de que a mídia se constitui como um aparelho privado de hegemonia da classe burguesa e de que há uma forte concentração midiática a nível global em defesa de seus interesses, podemos perceber que não é do interesse da burguesia, ou seja, do capital, veicular notícias relacionadas a um acontecimento tido como irrelevante para a construção de consensos que legitimem ações do governo que violam os direitos mais fundamentais do ser humano, como é o caso do direito a moradia.

**Referências Bibliográficas:**

CHAUÍ, Marilena. Simulacro e Poder: Uma Análise da Mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOMSKY, Noam. Perspectivas Históricas sobre o Desenvolvimento da América Latina. Disponível em: [http://agenciartamador.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=354](http://agenciartamador.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=354)

\* Graduando em Direito da UERJ e bolsista de EIC do PROEALC.

\*\* Graduanda em Serviço Social da UERJ e bolsista de iniciação científica.

Fonte: [http://www.cartamador.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=3454](http://www.cartamador.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3454)

## *Espaço Aberto II*

---

### **Educação para a Superação: o negro em questão**

**Fernanda Aguiar de Melo\***

O presente artigo foi construído a partir da preocupação com a questão da intolerância racial presente há tantos anos em nossa sociedade. Falar em Negro na atualidade nos leva a pensar em vários aspectos que configuram sua história e, as transformações ocorridas. Importantes iniciativas foram tomadas para a mudança desse sujeito histórico, tal como as ações diretas na legislação. Tais mudanças podem ser percebidas tanto nos aspectos individuais e coletivos no constituinte núcleo da identidade Negra.

Considerando o recente fato do dia 13 de maio ser lembrado como data oficial da abolição da escravatura, onde a Princesa Isabel em 1888 assinou a Lei Áurea, mas que na prática foi fruto de um complexo antagonismo de interesses, uma decisão construída de cima para baixo, um processo que decorreu segundo a nova dinâmica de desenvolvimento e relações econômicas internacionais que giravam no campo das disputas político-ideológicas no país.

Por isso, vale ressaltar, que para o movimento Negro, a data que realmente é comemorada é marcada em 20 de novembro, denominada como o Dia da Consciência Negra, que celebra a resistência do Negro à escravidão. Outra data fundamental na história dos Negros no Brasil é o dia 28 de novembro, que no ano de 2010 completou 100 anos da Revolta da Chibata, que foi um movimento organizado por marinheiros Negros que não aceitavam mais passivamente os castigos dos oficiais brancos.

Fatores como a abolição da escravatura, que passou a considerar ilegal o direito de propriedade de um ser humano sobre o outro e, do recente Estatuto da Igualdade Racial que passou a vigorar em 20 de outubro de 2010, foram marcantes para a “liberdade” dos Negros e das Negras do nosso país. Entretanto, muitos elementos ainda não foram verdadeiramente implementados. Por isso, se faz necessária, a constante luta contra o preconceito que impulsionam os atos de intolerância racial.

Para a consolidação da cidadania, é necessário propiciar que todo cidadão, independente de sua raça ou cor, possa ter igualdades de condições na empreitada de crescimento individual. Vale ressaltar a importância do respeito à diversidade e a pluralidade das formas de saberes. Segundo Paulo Freire (2005), a educação sozinha não transforma o mundo, mas transforma as pessoas e, essas sim, transformam o mundo.

Como apresentado no filme “*O grande desafio*”, o combate e a superação da intolerância racial, deve ter como base o acesso à educação, pois somente através da educação e da construção do conhecimento que a população pode conquistar um emprego e transformar a sua realidade.

Com a negação da educação, a inserção do cidadão no mercado de trabalho é dificultada. Frente a isto, visualiza-se a manutenção do sujeito Negro em condições de subalternidade frente aos brancos, que comprovadamente são os que mais têm acesso a educação, formando assim um círculo vicioso onde aos negros restam os empregos com baixa qualificação e baixa remuneração, a informalidade e o desemprego.

A centralidade do trabalho na vida do homem é justificada pela questão da própria sobrevivência. Como aponta Gonzaguinha no trecho de sua música Um Homem Também Chora (guerreiro Menino) “*Um homem se humilha; Se castram seu sonho; Seu sonho é sua vida; E vida é trabalho...; E sem o seu trabalho; O homem não tem honra; E sem a sua honra; Se morre, se mata...; Não dá prá ser feliz; Não dá prá ser feliz...*”.

Esse trecho nos remete também a outro aspecto que, preconceituosamente, é associado ao Negro, que é o da marginalidade. Porém, vale ressaltar que marginal deve ser entendido como àquele que está à margem de alguma coisa, no caso, da educação, do trabalho e, conseqüentemente, da própria sociedade. Em tempos de barbárie, o sujeito que não tem acesso aos mínimos necessários à subsistência, tais como a alimentação, a moradia, a saúde, a educação e ao trabalho, “morre ou mata”.

É importante frisar que a questão da classe social está diretamente ligada à questão da raça, pois ambas são determinantes no que tange a desigualdade social que reproduz preconceito e discriminação. A maior parcela da população pobre no país é Negra, tal fato não é mera coincidência, logo não pode ser desconsiderado. Pois é muito fácil perceber na *ponta do iceberg* o sujeito como marginal, desrespeitando o contexto sócio-histórico-cultural vulnerável que o remeteu a essa condição. Ao sujeito que ao longo da sua vida teve a sua cidadania negada, ou seja, ao invés de ser incluído enquanto sujeito, foi excluído da sociedade (quando não teve acesso à alimentação, a saúde, ao lazer e etc.) não se pode cobrar a conformação, mas ao contrário, o desejo de transformação. E sem respaldo e orientação, essa transformação pode ocorrer por vias inversas.

A população Negra quando não tratada com paliativos foi/ é esquecida pelo poder público e pela sociedade. Em tese, temos políticas públicas, políticas afirmativas, mas na prática elas não se efetivam e/ ou não atendem as reais necessidades da população. O caráter “compensatório” minimiza os males, mas não garante a independência.

Frente ao exposto, a luta deve ser contínua, pois nenhum tipo de intolerância deve ser aceito, como observamos no texto do Coletivo de professores negros da UERJ “*os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo (...)*” [p. 16].

Enquanto a questão racial for tratada de maneira preconceituosa e conservadora, a ideologia neoliberal que diz que “*todos somos iguais*” torna-se meramente subjetiva. Com isso, é urgente que a sociedade como um todo repare, de maneira efetiva, o sofrimento causado a população Negra no sentido de superar a intolerância quanto estratégia de sobrevivência.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. O Estatuto da Igualdade Racial. 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

Sempre Negro-NEAB-UERJ-Coletivo de professores negros II Curso de Extensão em história e cultura negra. Rio de Janeiro, 2007.

## Referência Filmográfica

O GRANDE DESAFIO. Denzel Washington. [The Great Debaters, EUA, 2007].

## Referência Musical

Título: Um Homem Também Chora (guerreiro Menino)

Interpretação e Composição: Gonzaguinha

\* **Graduanda em Serviço Social pela UERJ**

## Fonte:

[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1201&Itemid=25](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1201&Itemid=25)  
(consultado em 23/05/2011)

## *Livros/Lançamentos*

---



**MARTORANO, Luciano Cavini. Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação. Rio de Janeiro, Expressão Popular, 2011.**

Resumo: Os movimentos críticos ao capitalismo – depois do fracasso das revoluções comunistas, bem como do projeto social-democrata de uma progressiva moderação e “civilização” do capitalismo –, se defrontam com a dificuldade gerada pela falta de formulações sobre como se poderia instaurar uma sociedade humana, livre e democrática, e quais seriam os passos necessários para isso. Como as revoluções do século 20 terminaram em um domínio autoritário da burocracia de Estado sobre o produtor direto, sobretudo a questão do Estado e da democracia coloca-se no centro das discussões teóricas e políticas. Além disso, diante das experiências com as revoluções do século 20, a relação entre Estado e sociedade, entre reforma e revolução, devem ser repensadas. Nesse sentido, as estruturas e os processos da sociedade civil adquirem um significado particular.

O debate sobre as alternativas sociais tem uma longa tradição, entretanto sempre interrompida e, de

quando em quando, relegada ao esquecimento (...) Neste livro, Martorano retoma essas importantes questões, reconstruindo os antigos debates e confrontando-os com novas análises teóricas sobre o Estado, a democracia e a economia. Seu mérito particular consiste em relacionar a elaboração da tradição teórica com as mais novas reflexões críticas sobre a teoria do Estado e da democracia. Ele trata, especialmente, dos problemas da socialização econômica, isto é, da questão de como uma autogestão dos produtores poderia ser factível com a socialização política. Ele aborda ainda o significado da democracia e do Estado e a questão da representação, sobretudo a do(s) partido(s) e dos conselhos. FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010, 388 p.

**SLAVOJ, Žižek. Primeiro como tragédia, depois como farsa. São Paulo, Boitempo, 2011**



Resumo: Em *Primeiro como tragédia, depois como farsa* – analogia à famosa frase de Karl Marx em O dezoito brumário sobre a repetição dos Bonaparte no poder (Napoleão e Luís) –, o filósofo esloveno Slavoj Žižek sustenta a tese de que vivemos em uma nova etapa do capitalismo global, na qual o mesmo discurso que garantiu uma ofensiva geopolítica após os atentados de 11 de setembro tem encontrado dificuldade em se sustentar no período pós-crise financeira de 2008.

Traçando uma argumentação tanto da tragédia como da atual farsa, o autor expõe o cinismo contemporâneo dos pregadores e praticantes da democracia liberal ao analisar o discurso do presidente Bush em dois momentos diferentes que evocam a suspensão parcial dos valores norte-americanos (garantia de liberdade individual, capitalismo de mercado) para salvar da falência esses mesmos valores. A Žižek parece, portanto, que a utopia democrático-liberal teve de morrer duas vezes, já que o colapso da utopia política do 11 de Setembro não trouxe o fim da utopia econômica do capitalismo de mercado global, o que só ocorreu com a crise financeira de 2008.

Para o autor, o mais atual anacronismo vivido pelas nações modernas teve início com a queda do Muro de Berlim, evento histórico que parecia anunciar a vitória da democracia liberal e o surgimento de uma comunidade global sem fronteiras. O 11 de Setembro, no entanto, revelou um movimento oposto com o surgimento de novos muros e contradições: entre Israel e Cisjordânia, em torno da União Europeia, na fronteira entre Estados Unidos e México e até no interior de Estados-nações, que acolhem “cidadãos globais” que vivem isolados em “castelos na Escócia, apartamento em Manhattan e ilha particular no Caribe”, além dos moradores das favelas e bolsões de pobreza, que são o outro lado da mesma moeda.

As condições e conseqüências da crise em curso são abordadas em uma análise que se auto-afirma engajada. Dividido em dois capítulos, o livro faz um diagnóstico do âmage utópico da ideologia capitalista e busca localizar aspectos dessa difícil situação que abrem espaço para novas formas de práxis comunista. “A única maneira de compreender a verdadeira novidade do novo é analisar o mundo pela lente do que era ‘eterno’ no velho”, afirma Žižek. Tomando a idéia de comunismo como “eterna” não no sentido de uma série de características universais e abstratas que podem ser aplicadas em toda parte, mas no sentido de que deve ser reinventada a cada nova situação histórica, Žižek propõe uma mudança de perspectiva, que questione a situação atual do ponto de vista da idéia emancipadora e não mais a pertinência desta como ferramenta de análise e prática política.

## *Agenda Acadêmica*

---

### **XII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões**

**Data:** 31 de maio a 03 de junho de 2011

**Local:** Universidade Federal de Juiz de Fora

**Informações:** <http://www.simpósios.abhr.nom.br/>

O XII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) assume essa temática como pauta central das atividades científicas a serem desenvolvidas. As conferências, mesas-redondas, mini-cursos e grupos de trabalho programados enfocarão essa temática direta ou indiretamente, com base nos estudos e pesquisas que têm sido desenvolvidos nas diversas áreas do saber que compõem as ciências humanas e que se voltam para a investigação do sagrado. Experiências e interpretações do sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos, portanto, configura não apenas um tema, mas pretende ser um eixo para a pesquisa sobre a religião e as leituras de sagrado no evento.

### **Juventude, desigualdades e o futuro do Rio de Janeiro**

**Data:** 6 a 8 de junho de 2011

**Local:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Maiores Informações:** <http://pronex.iesp.uerj.br/seminario-internacional/>

O seminário tem como um dos objetivos estimular o debate e a troca de idéias, métodos e resultados de pesquisas sobre questões como a socialização primária (na família, na escola, nas ruas); cultura juvenil (de gênero e relações étnicas, a formação da identidade, práticas culturais, a religião); violência juvenil (idéias de justiça, a relação com o aparato repressivo, os padrões de comportamento violento, a mortalidade ) e transições para a vida adulta (transição da escola para o trabalho, os padrões da vida adulta).

O evento é organizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e é financiado pela FAPERJ e do CNPq, como parte do "Programa de Núcleos de Excelência (PRONEX).

### **II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Data:** 20 a 22 de julho de 2011

**Local:** Universidade Federal de São Carlos

**Informações:** <http://www.forumcienciapolitica.com.br>

O II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política é um evento nacional que procura constituir um espaço de debates para as pesquisas realizadas em nível de pós-graduação na ciência política . O evento reunirá em São Carlos, nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2011, estudantes de pós-graduação e docentes de todo o país, com vistas a fortalecer os estudos considerando sua pluralidade de abordagens e perspectivas.

## XV Congresso Brasileiro de Sociologia

**Data:** 26 a 29 de julho de 2011

**Local:** Curitiba/PR

**Informações:** <http://www.sbsociologia.com.br/>

Os Congressos têm periodicidade bienal e constituem hoje a maior reunião científica brasileira nas áreas das Ciências Sociais, ocupando também o lugar de mais mais importante evento da área de Sociologia stricto sensu. Sua programação é estruturada em Conferências, Mesas Redondas, Fóruns, Sessões Especiais, Mini-cursos, Grupos de Trabalho, Laboratórios de Pesquisa e o espaço "Sociólogos do Futuro", destinado à apresentação, no formato de pôsteres, de pesquisas de jovens pesquisadores de todo o país.

### **Expediente**

#### **Reitor**

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

#### **Vice-reitora**

Prof<sup>a</sup> Maria Christina Paixão Maioli

#### **Sub-reitora de Graduação**

Prof<sup>a</sup> Lená Medeiros de Menezes

#### **Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa**

Prof<sup>a</sup> Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

#### **Sub-reitora de Extensão e Cultura**

Prof<sup>a</sup> Regina Lúcia Monteiro Henriques

#### **Diretor do Centro de Ciências Sociais**

Prof. Domenico Mandarino

#### **Coordenadora do PROEALC**

Prof<sup>a</sup> Dra. Silene de Moraes Freire

#### **Editora Responsável**

Prof<sup>a</sup> Dra. Silene de Moraes Freire

#### **Assistente Editorial**

Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)

#### **Coordenação de Produção**

Andréia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)

#### **Colaboradores**

Fernanda A. de Melo (PROEALC/CCS/UERJ)

Mônica Brun Beveder (PROEALC/CCS/UERJ)

Marco Antônio Vieira e Sá (PROEALC/CCS/UERJ)

#### **Projeto Gráfico**

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

#### **Diagramação**

Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)

#### **Assessoria de Informática**

Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)

#### **Revisão**

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.